
NIETZSCHE, CRÍTICO DA MORAL: UM ESTUDO A PARTIR DE MACINTYRE

Renato José de Moraes, Doutorando do PPGF - UFRJ

1. A POSIÇÃO DE NIETZSCHE NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA MORAL

No livro *Aftervirtue* (1981), Alasdair MacIntyre sugere que Nietzsche pode ser considerado o Kamehameha II da tradição europeia. Este personagem foi o rei polinésio que, em 1819, aboliu os *tabus* que vigoravam no Havaí. Os *tabus* eram as justificativas para a proibição de determinados comportamentos; não se confundiam com as proibições, mas as legitimavam e fundamentavam. Apesar de advindos de tradições imemoriais, sua eliminação foi rápida, indolor e simples, para surpresa de observadores contemporâneos. Na realidade, as regras baseadas em tabus tinham perdido seu contexto original, o que as tornava um conjunto de proibições arbitrárias. Os habitantes das ilhas do Pacífico não eram capazes de explicar de onde vinham os *tabus*, apesar de segui-los escrupulosamente, até que foram revogados por Kamehameha II¹.

Segundo MacIntyre, Nietzsche, mais claramente do que qualquer filósofo, percebeu que as alegações de objetividade

¹ MACINTYRE, Alasdair, 2007, p. 111-3.

nos juízos morais eram, na realidade, expressões de uma vontade subjetiva. A partir daí, concluiu que a moralidade apenas pode ser formada por aquilo que a vontade do sujeito cria, sem apelo a ficções, tais quais direitos humanos, princípio da utilidade ou a felicidade do maior número de pessoas. A razão moral iluminista devia ser substituída por um heroico ato de vontade, que nos faça sujeitos morais autônomos².

Um aspecto importante a apontar é que, na visão de MacIntyre, a crítica de Nietzsche não atinge a moral aristotélica, mas apenas a iluminista, ou seja, a predominante no Ocidente a partir de Descartes. Esta é uma diferença importante em relação ao que o próprio pensador alemão considera a finalidade da sua crítica à moral, que abarcaria praticamente tudo que houve antes dele, incluindo o cristianismo, o socialismo, o humanismo e as várias formas de filosofia fundadas no ressentimento.

Assim, Nietzsche desferiu seus argumentos contra toda a moral que tivesse por fundamento a lógica e a ontologia, entendidas na acepção dos filósofos do seu tempo. A lógica deriva da razão, e esta cometeria o grave pecado de distorcer a realidade, de não aceitá-la, com a construção da ontologia e o conseqüente afastamento do vivo, do existente, do acontecimento.

A moral, a partir da lógica e da ontologia, pretende consertar o real, reformá-lo, corrigi-lo, porque ele não é como deveria ser. Na *Genealogia da Moral*, Nietzsche apontará o ressentimento como a fonte da moral escrava, que encontrará sua culminância no cristianismo e sua glorificação do sofrimento, da humildade e da mansidão.

Contudo, também a ciência, a vida burguesa e a filosofia moral do Ocidente estarão contaminados pela doença de não-aceitação do

² MACINTYRE, Alasdair, 2007, p. 113-4.

mundo e da procura por consertá-lo. Esta moléstia considera que a vida está em erro (epistemologia), ou empapada de culpa e pecado (religião e moral cristãs).

Portanto, temos uma estrutura de falsificação da realidade, com o homem, através de uma razão deformadora – o papel de Descarte e do seu *cogito*, nesse processo, é fundamental –, buscando criar uma ontologia separada do mundo. Platão e Sócrates começaram esse desvio – basta lembrar do mundo das Ideias platônico –, que se torna ainda mais acentuado e grave no decorrer da modernidade e de seu reforço do eu e do sujeito.

Voltaremos a essas considerações de Nietzsche, pois trazem intuições certeiras e instigantes. De momento, porém, vamos nos resumir a que, para o filósofo prussiano, toda a moral ocidental anterior a ele, desde a contaminação trazida por Sócrates e não desinfectada devidamente, passando pelo cristianismo, pelo cientificismo e pelos humanismos, é uma construção falsa, que necessita ser posta abaixo para que o homem descubra a verdade sobre si mesmo.

Por outro lado, MacIntyre admitirá as críticas de Nietzsche, considerando-as inapeláveis, mas apenas no que se refere à moral iluminista, cujo projeto era justificar racionalmente as regras morais. Daí que a moral cristã, de modo especial a de cunho aristotélico, não seria avariada pelas diatribes inspiradas e geniais do autor de *Além do bem e do mal*.

2. A CRÍTICA DA MORAL ILUMINISTA: A GAIA CIÊNCIA, N. 335

Um texto exemplar de Nietzsche, digno das suas melhores críticas à moralidade, está em *A gaia ciência*, n. 335³. Nele, o filósofo principia censurando os que consideram o autoconhecimento uma

³ NIETZSCHE, Friedrich, 2001, p. 222-5.

tarefa simples, bem como os que se apoiam cegamente na própria consciência para emitir juízos morais. Ora, a consciência moral não é infalível, como propalam seus defensores. Por trás dela, há uma consciência intelectual e, mais importante, uma “pré-história nos seus impulsos, inclinações, aversões, experiências e in experiências”.

O que julgamos reto e objetivo, nos termos de uma suposta consciência íntegra, está, na verdade, eivado de preconceitos e preferências subjetivas, alguns francamente ruins. Os juízos, apenas pelo fato de derivarem da consciência, não devem ser por isso considerados bons. Pensar assim é uma pretensão enorme, que chegaria a ser cômica, não fosse pelo terrível de demonstrar uma notória ignorância de si mesmo e uma culpável e injustificada ilusão, como se algo fosse nobre e bom simplesmente por ter origem na minha subjetividade.

Além do conteúdo dos juízos da consciência não serem garantidos, por facilmente se perverterem, há muitas motivações possíveis para se prestar ouvidos à consciência, não apenas as nobres. Ela pode ser obedecida, por exemplo, como faz um adulator, ou um imbecil, ou simplesmente porque não se refletiu no que ela ordenou. Não há, nesses casos, qualquer nobreza ou grandeza em “obedecer” a consciência; antes, podem representar manifestações de enfermidade espiritual.

O que chamamos de dever, na realidade, talvez seja simplesmente o que nos concede “o pão e as honras”, e não uma chamada vinda de algo superior à utilidade. Então, queremos somente a barriga cheia, ou uma pitada tola de prazer, ou apenas a segurança do burguês-nádegas, genialmente formulado por Mário de Andrade. A firmeza do juízo moral, mais que sinal de retidão e sinceridade, pode ser decorrente da teimosia e da incapacidade de enxergar novos horizontes. É apanágio do tolo, inapto a se abrir para qualquer ideia se não as que surgiram em sua cabeça limitada.

Em um juízo vigoroso, o pensador germânico afirma que “a compreensão de *como surgiram uma vez os juízos morais* lhe estragaria o gosto por essas palavras”. Enfim, há um radical rebaixamento da suposta nobreza dos que afirmam seguir a própria consciência e uma lei que encontram no interior de si mesmos. A origem desses supostos movimentos “morais” podem ser esgotos escondidos, que produzem náusea e desprezo.

Nietzsche desdenha duramente do imperativo categórico, conceito que teria feito Kant se extraviar de volta a noções caducas como “Deus”, “alma”, “liberdade” e “imortalidade”. A firmeza do juízo moral, o sentimento de que nele todos devem julgar de forma semelhante à minha, a admiração do imperativo categórico no meu interior, tudo isso é sinal de mero egoísmo, pois é egoísmo sentir o próprio juízo como lei universal. Não almejo somente encontrar uma lei para mim; quero, mais que isso, impô-la a toda a humanidade, como se fosse uma decorrência do mero uso da inteligência, inteligência ligada estreitamente à razão deformadora, origem dos males que pairam no pensamento ocidental há muito.

Ademais, indica que o agente não descobriu a si mesmo nem formulou um ideal próprio, pois, se o fizesse, saberia que este jamais pode ser compartilhado com outro homem. A universalidade mascara a impessoalidade, o vazio, a pouca densidade anímica do indivíduo que a utiliza como justificativa e argumento.

A crítica se aprofunda, ao afirmar que não pode haver duas ações iguais, que cada uma é única e irrecuperável. As várias prescrições sobre o agir tratam apenas do grosseiro lado exterior, quando toda ação, na sua completude, é impenetrável. Qualquer tentativa de universalidade moral é condenada ao fracasso. Os indivíduos, as circunstâncias, os motivos e os objetos das ações não se repetem, são exclusivos. Por isso, apenas o próprio autor poderia, se alguém pudesse, conhecer da sua ação moral.

No entanto, nem isso é possível. Como toda ação é incognoscível, ela não serve para demonstrar as opiniões do sujeito sobre o “bom”, o “nobre” ou o “grande”. Nossas opiniões, avaliações e tábuas de valores são alavancas poderosas da engrenagem de nossos atos, mas a lei de seu mecanismo é indemonstrável. A maneira como aquelas geram estes não é conhecida, e a busca de uma causa-efeito moral está fadada ao insucesso.

Por isso, devemos nos limitar a “depurar nossas opiniões e valorações e *criar novas tábuas de valores*”, sem remoer pensamentos sobre o valor moral de nossos atos nem cair na tagarelice moral de uns sobre os outros.

Até aqui, as palavras de Nietzsche minam eficazmente dois aspectos indicados por MacIntyre: o projeto do Iluminismo de descobrir fundações racionais para uma moralidade supostamente objetiva; e a confiança do agente moral comum, inserido em uma cultura pós-Iluminista, de que sua prática e visão morais estão em perfeita ordem. As bases da moral iluminista, nas suas versões múltiplas e contraditórias, são postas abaixo, incluindo os sentimentos morais interiores, a consciência, o imperativo moral e a universalidade.

Conforme observado acima, Nietzsche certamente sustentaria que sua demolição não visa apenas o projeto iluminista, mas sim a toda a moral que o precedeu. MacIntyre concorda em que este é o intuito nietzschiano; porém, julga-o falho, ao menos em relação à tradição aristotélica. Esse aspecto será examinado mais adiante.

3. A PROPOSTA DE NIETZSCHE: “VIVA A FÍSICA!”

As considerações ao final do n. 335 de *A gaia ciência* são, em boa medida, surpreendentes. Após derribar os muros da filosofia

moral vigente, Nietzsche grita: “Nós, porém, *queremos nos tornar aqueles que somos* – os novos, únicos, incomparáveis, que dão leis a si mesmos, que criam a si mesmos”. Tudo de acordo com as suas afirmações anteriores, de que precisamos descobrir-nos e criar um ideal próprio e pessoal.

De certo modo, Nietzsche reconhece que somos quem ainda não somos; os que precisam se aperfeiçoar, melhorar, corrigir. Haveria aqui uma inconsistência em relação à sua censura em relação à moral, que exatamente se adulterava ao buscar consertar a realidade, em vez de aceitá-la? O filósofo responderia a isso com certa facilidade, sustentando que, no seu caso, ele queria a correção exatamente para que fôssemos à realidade, para “*nos tornar aqueles que somos*”, e não para buscar sucedâneos ou máscaras, como fazem os imbuídos pelo “espírito de vingança”.

Para essa criação nova de nós mesmos, a que Nietzsche nos urge, “temos que nos tornar os melhores aprendizes e descobridores de tudo o que é normativo e necessário no mundo: temos de ser *físicos*, para podermos ser *criadores* neste sentido”.

A construção promovida pelos *físicos* não vem apenas de si mesmos; ao contrário, seus ideais e valorações precisam ser formulados a partir da física, jamais na ignorância ou contradição dela. E a passagem que aqui estudamos termina: “Viva a física! E viva sobretudo o que a ela nos compele – nossa retidão!” Portanto, a retidão nos leva à realidade, à abertura para ela, que traz em si uma normatividade.

Convém recordar que a física, à que Nietzsche se refere, não é a ciência com tal nome. Para ele, a ciência ocidental é parte do racionalismo, da tentativa de desfocar a realidade. É uma consumação do ideal ascético, da “moral” e da “metafísica”. A física a que devemos atentar é a realidade, o mundo, a existência, o que está aí.

Podemos ressaltar aqui dois aspectos do pensamento nietzschiano. De um lado, o desprezo às leis universais morais, que impedem reconhecer o irrepetível de cada ação moral e de cada agente. É um duro golpe nas pretensões kantianas do imperativo categórico, que realmente não conseguem se sustentar. São igualmente desprezados, para a formação de juízos morais, os recursos a conceitos como a consciência, os sentimentos morais e sua firmeza, que não passam de formas travestidas do egoísmo e da estreiteza mental.

O outro aspecto é a volta à física, necessária para a criação de uma nova tábua de valores, adequada a cada indivíduo. Mas a física é comum, pode ser percebida por todos os homens. Servir-se dela para construir valores e ideais não seria recair no erro do universalismo? Não estaríamos indo a algo fora do homem, quando apenas dentro dele cabe falar de moral? É preciso harmonizar o apreço à realidade comum da física com a construção de uma moral própria, individual.

Não é simples juntar essas duas peças. Ao mesmo tempo, se parássemos no aspecto destrutivo, de desmascaramento das filosofias anteriores, acabaríamos em um profundo niilismo, que costuma ser a renúncia do pensamento e da inquirição. Precisamos construir sobre bases novas, que não podem ser a mera subjetividade do indivíduo, que de tão tênue é considerada uma ficção. A simples menção da possibilidade exclusivamente subjetivista causaria indignação em Nietzsche, que está em busca de algo além, mais sólido e verdadeiro.

A conclusão do filósofo é o louvor à física, ou seja, ao mundo exterior, no qual se inclui tudo o que é normativo e necessário. Ao contrário do que supõem interpretações reducionistas, Nietzsche sustenta que o homem deve se abrir para a realidade, estar atento a ela, que lhe servirá de guia e legislador. O *físico* é criador, porque é capaz de descobrir a lei e a necessidade no mundo. Como se vê, não se trata de uma criação *exnihilo*, ou a partir apenas da vontade do ser humano; a criação autêntica estará de acordo com a realidade, com a física.

Ou seja, há uma normatividade e uma necessidade exteriores ao sujeito, que compete a ele discernir sendo físico. Não é apenas exterior ao sujeito, como se tratasse de um objeto; é, antes, transcendente. Evidentemente, não transcendente no sentido metafísico, teológico, mas porque relacionado a um modo de ser que ultrapassa o homem. A física não é criada pelo ser humano, ainda que apenas ele possa compreendê-la e observá-la. Ela o transcende, acha seu fundamento em algo além do homem.

4. NIETZSCHE E NATUREZA

De maneira feliz, MacIntyre reconhece na ética clássica, anterior a Descartes e à dissolução da filosofia medieval, um tripé formado pelos seguintes elementos: a natureza humana em seu estado não educado; os preceitos de ética racional; e a natureza humana desenvolvida de acordo com sua finalidade. O seguimento dos preceitos levaria a que a natureza não educada, bruta, se conformasse à desenvolvida de acordo com sua plenitude. No pensamento moderno, contudo, a noção de uma natureza a ser aperfeiçoada, que necessita seguir um caminho para se tornar o que é em plenitude, foi perdida. Existe apenas a natureza em estado puro, não cultivada.

Curiosamente, Nietzsche parece de algum modo retornar a essa natureza que visa a plenitude, ao exclamar: “queremos nos tornar aqueles que somos”. Impossível não recordar os ecos de Píndaro: “Homem, torna-te o que és”. Em parte, já somos aquilo que almejamos nos tornar, mas que ainda não alcançamos. Nesse ponto, seria um retorno à ética clássica, à natureza-tal-qual-é em vista da natureza-como-ela-é-em-plenitude (expressões de MacIntyre)⁴, em contraposição ao racionalismo iluminista da sua época.

⁴ MACINTYRE, Alasdair, 2007, p. 52-3.

Alto lá! Uma conclusão assim é no mínimo precipitada, se não temerária. Afirmar que Nietzsche retoma conceitos metafísicos aristotélicos é exagerado. Ao mesmo tempo, esse afirmar roça uma verdade: Nietzsche está muito distante do pensamento dos seus antecessores imediatos, e sabia disso. Por outro lado, Aristóteles também está longe do iluminismo, e a essa distinção Nietzsche não parece ter dado a devida atenção. Lógico que o fato de duas filosofias estarem afastadas de uma terceira não as aproxima, necessariamente, uma da outra; mas que, no caso que estamos tratando, Nietzsche e Aristóteles poderiam fazer críticas similares ao iluminismo, isso me parece verdadeiro, apesar do anacronismo desta afirmação.

Esta linha porque estamos enveredando é ainda mais intrigante, se recordamos que a palavra física (em alemão, *Physik*), empregada por Nietzsche na sua conclusão do n. 335 de *A gaia ciência*, tem a sua origem no termo grego φυσικς, que pode ser traduzido igualmente por natureza. De certo modo, o autor nos convida a buscar os fundamentos dos atos morais na natureza, isto é, na física. E a palavra natureza foi empregada largamente por Aristóteles, como o princípio das operações dos seres, inclusive dos atos morais praticados dos homens.

A natureza, em Aristóteles, pouco tem a ver com a concepção cartesiana ou kantiana, que a contrapunha ao humano e à cultura. Não é algo estático, que existe sob o império da necessidade e da causalidade. O próprio homem tem a sua natureza, que o faz aquilo que é; necessita descobri-la, para lhe ser fiel e desenvolvê-la.

Nietzsche foi um crítico acerbo da natureza, quando esse termo é empregado no sentido metafísico, de manipulação e distorção da realidade. Contudo, admite uma φυσικς, a física transcendente a que nos referimos antes, que está além do homem, por não ter sido causado nem ter sua origem nele. É possível encontrar aqui uma

aproximação com a natureza aristotélica, com toda a cautela que uma suposição desse teor merece, e mantendo a inevitável distância entre as visões globais filosóficas do Estagirita e do prussiano. Mas, mesmo distantes, ambos viram que havia algo normativo na física, e que segui-lo era a maneira de nos tornarmos o que somos.

CONCLUSÃO

MacIntyre considera que é na seriedade com que Nietzsche identificou o problema da filosofia moral contemporânea, e não tanto nas soluções que ele propõe, onde reside a sua grandeza, que o faz o filósofo moral do nosso tempo, se as únicas alternativas a Nietzsche fossem as formuladas pelos teóricos do Iluminismo e seus sucessores.

Porém, MacIntyre propõe um *tertium genus*, que é a tradição aristotélica. Esta não pode ser confundida com o pensamento iluminista. Ao implodir o racionalismo, o imanentismo cartesiano e kantiano, o sentimentalismo dos humanismos, a glorificação do homem como sujeito e sua subjetividade, Nietzsche atacava um inimigo que merecia os golpes que recebia. Contudo, estes não atingiriam a filosofia construída por Aristóteles e aperfeiçoada por seus discípulos, no correr dos séculos.

Por um lado, Aristóteles não vestiria a carapuça de, através da lógica, criar uma ontologia que distorcesse a realidade. Sua teoria do conhecimento exige que o ser humano se abra para o mundo, receba-o, não que o crie ou modifique. Kant percebeu isso, ao afirmar que o conhecimento, para tutor de Alexandre Magno, era algo passivo, enquanto para ele, Kant, tratar-se-ia de algo criativo.

O que Kant chama de criatividade, infelizmente, aproxima-se perigosamente da falsificação, pois quero conhecer as coisas, e

não o que crio a partir delas. Se não o conseguisse fazer, todo conhecimento seria mentira, velamento, artefato. Ora, Aristóteles não o considera assim. Através dos sentidos, com todas as suas limitações, e pelo trabalho a inteligência, o ser humano tem um acesso à realidade que o transcende, que existe além dele e diante da qual deve abaixar a cabeça com sentido de reverência e admiração, que é justamente o impulso para a filosofia.

Descartes, Kant e todos seus sequazes colocam a ênfase da filosofia no conhecimento que o homem possui, ao mesmo tempo em que o limitam. A partir das ideias formadas na inteligência, a realidade se conforma, se faz, desabrocha e aparece. Não em si, mas pela intervenção humana, pelo sujeito e seu eu. Nietzsche não o aceitou, e vê nesse procedimento pernicioso a ação da razão, da lógica, com a hipertrofia do eu e da subjetividade. E está certíssimo! O imanentismo, tão característico do pensamento moderno, é um engodo que impede atingir a verdade.

Porém, é irônico acusar justamente a filosofia aristotélica desse mesmo erro. Não! Frequentemente, ela recebeu a alcunha de “realista”, e o merece. Porque extrai os conceitos das coisas reais, e não sustenta que eles são formados por categorias mentais, ou pela razão autônoma do ser humano. O conhecimento é a conformação do homem à realidade, e não a dela a ele, como termina por afirmar parcela importante dos pensadores modernos.

As censuras de Nietzsche em relação à razão são certas, se a entendemos nos moldes cartesianos ou kantianos, mas erram o alvo, se este for a filosofia aristotélica. Ao menos, é isso que MacIntyre sustenta, com argumentos convincentes.

Se a acusação à razão não atinge a tradição aristotélica, tampouco isso acontece com a crítica à moral. De fato, o iluminismo pretende

sustentar regras morais por meio de argumentos racionais, sem se fiar da natureza do homem nem da observação da realidade. Seriam princípios como o da utilidade (Mill), ou a universalidade dos juízos morais (Kant), a felicidade do maior número, ou ainda a satisfação das sensações (Hume), que garantiriam o fundamento da moralidade. Ao rejeitar tais ficções, Nietzsche demonstra um olhar aguçado, sincero e poderoso, acompanhado de uma força demolidora.

No entanto, a moral aristotélica apregoa a vida plena, a nobreza, a plenitude. Outra vez, semelhanças com a postura nietzschiana, ainda que seja equivocado aproximá-las demasiado. Mas, que existem pontos de contato, isso me parece inegável. Tanto que, para Aristóteles, a mais bela virtude era a magnanimidade, própria do grande homem. O mero elogio da fraqueza, do medíocre, do fraco, não se encaixa no melhor da filosofia grega, e tampouco no cristianismo autêntico. Neste, a misericórdia requer fortaleza; a caridade supõe a justiça; a compreensão exige o amor à verdade e a aceitação da realidade.

Na esteira da tese defendida por Peter Berkowitz, considero que Nietzsche não é mero destruidor nem absolutamente inovador. Antes, não sei dizer até que ponto de forma consciente, é um herdeiro de uma tradição desconhecida para a maior parte dos pensadores em seu tempo, que encontrou nos gregos e trouxe para seus dias com vigor. Serviu-se dela como uma arma poderosa, que derrubou ideias preconcebidas e arraigadas, apresentando novos modelos para o pensamento e o homem.

Nosso filósofo parte de uma crítica certa à filosofia moral da sua época; porém, seus argumentos não atingem todo pensamento anterior. A ética clássica sobrevive ao ataque nietzschiano, e em muitos aspectos pode se aproveitar dele. É interessante lembrar que Nietzsche várias vezes se refere ao nobre, que podemos equiparar ao *kalov*, conceito aristotélico central, que era a marca distintiva da ação virtuosa.

BIBLIOGRAFIA

BERKOWITZ, Peter. Nietzsche: the ethics of an immoralist. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

COPLESTON, Frederick. Historia de la filosofía VII: de Fichte a Nietzsche. 4. ed. Barcelona: Editora Ariel, 1999.

FINK, Eugen. A filosofia de Nietzsche. trad. de Joaquim Lourenço Duarte Peixoto. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

MACINTYRE, Alasdair. After virtue: a study in moral theory. 3. ed. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2007.

_____. Three rival versions of moral enquiry. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1990.

NIETZSCHE, Friedrich. A gaia ciência. trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Genealogia da moral: uma polêmica. trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Além do bem e do mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro. trad. de Márcio Pugliesi. Curitiba: Editora Hemus, 2001.

_____. The will to power. trad. de Walter Kaufmann e R. J. Hollingdale. New York: Vintage Books, 1968.